

JUCESP



04 08 10

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.**

ENTRE

**COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.
COMO EMISSORA,**

**COMPANHIA DPASCHOAL DE PARTICIPAÇÕES
COMO FIADORA, E**

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO**

DATADO DE 21 DE JULHO DE 2010

36º OFICIAL RCPCN SUBT. BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 452 - São Paulo
Visto conforme com o selo de autenticidade
AUTENTICACÃO
A presente cópia retrográfica está
conforme o original apresentado, dou fé.
São Paulo

21 AGO 2010

Marco Antonio Berselli - Oficial Designado
Silva - Substituto
Colégio Notarial do Brasil - SP
Autenticação
1062AC230297

JUCESP

00.000.000

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155, Jardim São José, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.987.005/0001-98, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

COMPANHIA DPASCHOAL DE PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155, sala 30, Jardim São José, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.560.186/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de fiadora ("Fiadora"); e

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora e com a Fiadora, "Partes");

CONSIDERANDO QUE:

I – Os acionistas da Emissora, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2010 ("AGE"), deliberaram e aprovaram, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora: (a) os termos e condições da 1ª emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Fiadora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente); (b) a distribuição pública com esforços restritos das Debêntures; e (c) a celebração do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Comercial Automotiva S.A. ("Escritura");

II – A Escritura foi celebrada em 12 de julho de 2010 e protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") na mesma data;



III – Nos termos da Cláusula 4.1.4.1 da Escritura, a data de emissão das debêntures era 27 de julho de 2010; e

IV – Os acionistas da Emissora, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de julho de 2010, previamente à emissão das debêntures, deliberaram e aprovaram a alteração da data de emissão das Debêntures para 11 de agosto de 2010 e a alteração das datas de pagamento da amortização e da remuneração previstas na Escritura;

Resolvem as Partes, devidamente autorizadas na forma prevista em seus atos constitutivos, mútua e reciprocamente, celebrar o presente Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Comercial Automotiva S.A. ("Primeiro Aditamento"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. Este Primeiro Aditamento é celebrado com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de julho de 2010 ("AGE de Primeiro Aditamento"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

2. AVERBAÇÃO DO PRIMEIRO ADITAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA

2.1. Este Primeiro Aditamento será arquivado na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. A ata da AGE de Primeiro Aditamento será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Folha de S. Paulo, Caderno de Campinas, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

3. DAS ALTERAÇÕES À ESCRITURA

3.1. Em virtude da deliberação da AGE de Primeiro Aditamento, as Partes concordam em:

3.1.1. alterar a Cláusula 4.1.4.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte e nova redação:

"4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 11 de agosto de 2010 ("Data de Emissão")."

3.1.2. alterar a Cláusula 4.1.5.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte e nova redação:

"4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 03 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em

35º OFICIAL RCPN SUBDIF. BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 112 - São Paulo
Vêco somente com o selo de autenticidade
AUTENTICACAO
A presente cópia reprográfica está
conferida o original apresentado, dou fé.
São Paulo

7
10
2010

1062A0230299



JUL 30

04 05 10

5.3. O presente instrumento contém a totalidade das avenças entre as Partes em relação à modificação das características das Debêntures.

5.4. As Partes decidem consolidar a Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

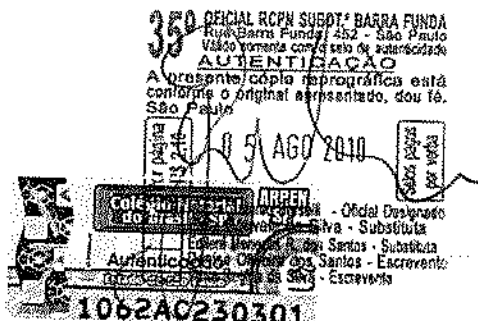
Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155, Jardim São José, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.987.005/0001-98, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

COMPANHIA DPASCHOAL DE PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155, sala 30, Jardim São José, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.560.186/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de fiadora ("Fiadora"); e

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora e com a Fiadora, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Comercial Automotiva S.A. ("Emissão" e "Escritura," respectivamente), nos termos e condições abaixo.



JUCESP

04 09 10

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de julho de 2010 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Folha de S. Paulo, Caderno de Campinas, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Baicão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP")

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 e 3.8.3 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.5.1. A presente oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBIMA").

350 OFICIAL RCPN SUBOT/ BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 452 - São Paulo
Válida somente com o selo de autenticidade
AUTENTICACAO
A presente cópia xerográfica está
conforme o original apresentado, dou fé.
São Paulo

5 AGO 2010

Marco Antonio Bersani - Oficial Designado
Cristina Maria da Silva - Substituto
do Oficial Designado
do Oficial Designado - Escrevente

Autenticacao
Marco Antonio Bersani

1062AC230302

JUL 2010

04 00 10

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) comércio, distribuição, importação e exportação de: pneumáticos, veículos, autopeças e acessórios de veículos, cordas, lonas, encerados plásticos e tendas, baterias e acumuladores elétricos, tintas, preservativos contra oxidação e outros danos, produtos e instrumentos de limpeza, óleos lubrificantes e graxas, artigos para iluminação, ferramentas e instrumentos portáteis, ferragens em geral, lixas, rebolos e abrasivos, aparelhos e instrumentos de medição e sinalização, alarme e segurança; (b) comércio, distribuição, importação e exportação de: elementos elétricos básicos para iluminação, discos e fitas, aparelhos e instrumentos para reprodução fotográfica, cinematográfica e óticos, materiais e produtos para calafetar, isolar e vedar, mangueiras em geral, vidros, cristais e espelhos, material de estofamento e artigos têxteis para limpeza, roupas e acessórios de roupas para uso comum, esportivo e profissional, artigos de viagem, jogos e artigos desportivos; (c) comércio, importação, exportação e desenvolvimento de programas para computadores; (d) prestação de serviços de manutenção de programas para computadores; (e) prestação de serviços de recauchutagem e recapagem de pneumáticos; (f) prestação de serviços de reparação, manutenção, montagem e alinhamento de pneumáticos, peças e acessórios de veículos; (g) prestação de serviços de locação de pneumáticos e quaisquer outros bens relacionados nos itens "a" e "b" acima; (h) prestação de serviços de cartão de crédito; (i) prestação de serviços de transporte; (j) prestação de serviços de intermediação e de representação comercial; (l) prestação de serviços de depósito de bens de terceiros; e (m) participação no capital de outras empresas, independente do setor econômico, mediante a aplicação de recursos próprios.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Fiadora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, conforme descrito na Cláusula 4.1.3.1 abaixo.

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 60 (sessenta) debêntures ("Debêntures").



JUL 2010

04 08 10

3.6. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1. O banco mandatário e a instituição depositária das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária", respectivamente).

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados ao financiamento das atividades da Emissora.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

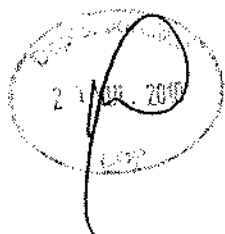
3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Instituição Intermediária"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.9.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pela Instituição



Intermediária; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.9.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pela Instituição Intermediária aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.10. Limite Legal da Emissão

3.10.1. O valor total da Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.4.1 acima, atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) o capital social integralizado da Emissora, nesta data, é de R\$ 170.904.000,00 (cento e setenta milhões e novecentos e quatro mil reais) e (ii) não existem outras debêntures de emissão da Emissora em circulação.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 60 (sessenta) Debêntures, em série única.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 11 de agosto de 2010 ("Data de Emissão").



JUL 29
04 00 10

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 03 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de agosto de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de amortização extraordinária e de resgate antecipado por meio de oferta, nos termos das Cláusulas 5.3, 4.7.3 e 5.2 abaixo, respectivamente. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do debenturista.

4.1.8. Conversibilidade

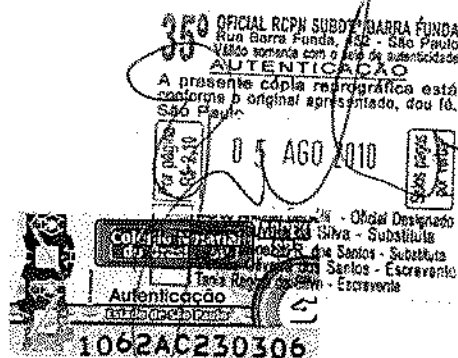
4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirográfica, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e com garantia fidejussória da Fiadora.

4.1.10. Fiança

4.1.10.1. A Fiadora, por esta Escritura, obriga-se, em caráter irrevogável, perante os debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil, por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos debenturistas, e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.



JUCESP

00000000

4.1.10.2. A fiança é prestada pela Fiadora, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações previstas nesta Escritura.

4.1.10.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.10.4. A Fiadora desde já concorda e obriga-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da fiança após os debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.10.5. A fiança é prestada pela Fiadora, devidamente representada por meio de seu diretor e sem necessidade de deliberação prévia em assembleia geral, reunião de conselho de administração ou reunião de diretoria, em conformidade com o artigo 12 de seu Estatuto Social arquivado na JUCESP sob o nº 198.881/10-1, em sessão de 09 de junho de 2010.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em uma única data a qualquer tempo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início de distribuição.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido, *pro rata temporis*, dos juros remuneratórios previstos na Cláusula 4.5 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 110,00% (cento e dez pontos percentuais) das taxas

21 JUL 2010



capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
 p = percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;
 TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n ;
 DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Notas de cálculo:

- i. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii. O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.



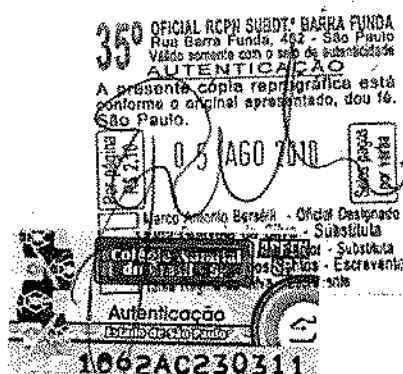
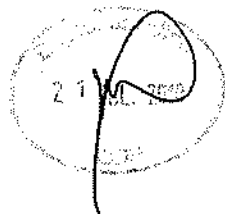
[illegible]

- #### 4.6. Repactuação

4.7. Amortização

Parcela	Data de Pagamento	Valor	Percentual
1	11 de novembro de 2011	R\$7.500.000,00	12,5000
2	11 de fevereiro de 2012	R\$7.500.000,00	12,5000
3	11 de maio de 2012	R\$7.500.000,00	12,5000
4	11 de agosto de 2012	R\$7.500.000,00	12,5000
5	11 de novembro de 2012	R\$7.500.000,00	12,5000
6	11 de fevereiro de 2013	R\$7.500.000,00	12,5000
7	11 de maio de 2013	R\$7.500.000,00	12,5000
8	11 de agosto de 2013	R\$7.500.000,00	12,5000

4.7.3. Não obstante o disposto na Cláusula 4.7.1 acima, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, amortização extraordinária parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"), em conformidade com as subcláusulas a seguir.



4.7.3.2. O valor da amortização extraordinária devida pela Emissora será equivalente: (a) ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária e (b) sobre o montante a ser pago conforme o item (a) anterior será acrescido um prêmio de acordo com o momento em que a Emissora optar por realizar a amortização extraordinária ("Valor da Amortização Extraordinária"):

- 4.7.3.3.** A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária, que deverá coincidir com datas de pagamento da amortização ordinária, conforme estabelecido nos termos da Cláusula 4.7.1 acima; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do Valor da Amortização Extraordinária.

4.7.3.5. No caso de Amortização Extraordinária, o Valor Nominal a ser amortizado na Data de Vencimento e os Juros Remuneratórios a serem pagos nas datas de pagamento de Juros Remuneratórios seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária.

35º OFICIAL RCNP SUBOT. BARRA FUNDA
Rua Barra Funda 452 - São Paulo
Visto emitido com o selo de autenticidade

AUTENTICACAO

A presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé.
São Paulo.

Por página 05 AGR 2010 Por página 05 AGR 2010

Antonio Borselli - Oficial Designado
Carmen de Silva - Substituta
Mônica de Sá Santos - Substituta
Oliveira da Silva - Substituta
a - Escrivão

Autenticação
1062AC230312

LEU

The image shows three distinct dot patterns arranged horizontally. The first pattern on the left consists of 1 dot. The middle pattern consists of 2 dots. The third pattern on the right consists of 3 dots.

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária (em caso de decisão judicial que assegure tal imunidade ou isenção, a mesma somente será aceita se transitada em julgado), sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3. Encargos Moratórios

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados

35º OFICIAL RCPH SUBDISTRITO BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 402 - São Paulo
Valioso somente com o selo de autenticidade
POTENCIALIZAÇÃO
A presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé
São Paulo

5 AGO 2010
 Marcos Antonio Barsilli - Oficial Designado
 Edna Geomina da Silva - Substituto
 Manoel R. dos Santos - Substituto
 Orlan dos Santos - Escrivão
 ... - Escrivão

Colégio Novo do Brasil
Autenticação
Educação Superior
1062AD230313

17

JUL 30

04 00 10

os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal Folha de S. Paulo, Caderno de Campinas, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DA OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista nas Cláusulas 3.8.2 e 3.8.3 acima.

5.2. Oferta de Resgate Antecipado

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, realizar, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, endereçadas a todos os debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada da seguinte forma:

5.2.1.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá estar descrito em tal edital o procedimento para a aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica ou rateio); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) data efetiva para o

350 OFICIAL RCPN SUDDY BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 452 - São Paulo
Válido somente com o selo de autenticidade

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé,
São Paulo

05 AGO 2010

Valto Antonio Barrely - Oficial Designado

Eida Gonçalves Silva - Substituto

Colégio Notarial do Brasil - São Paulo

Autenticação

1062AC230314

04 05 99



- JUCESP
04 08 10
- (i) provarem-se falsas, inconsistentes, incorretas, insuficientes ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora no âmbito da Emissão;
 - (ii) não pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora, nas respectivas datas de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da respectiva data de vencimento;
 - (iii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, em especial aquelas dispostas nas Cláusulas 6.1 e 6.2 abaixo, salvo se tal descumprimento seja comprovadamente sanado pela Emissora e/ou pela Fiadora no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do evento de inadimplemento da obrigação;
 - (iv) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Fiadora, em valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado por meio de medida judicial ou arbitral ou mediante acordo;
 - (v) redução do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, sem aprovação prévia de debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia específica de que trata o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
 - (vi) distribuição, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora e/ou a Fiadora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto: (a) para a Emissora, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) para a Fiadora, o pagamento do dividendo mínimo de 10% (dez por cento) do lucro líquido ajustado do período, conforme estabelecido no artigo 21 de seu Estatuto Social arquivado na JUCESP sob o nº 198.881/10-1, em sessão de 9 de junho de 2010;
 - (vii) alteração dos acionistas controladores da Companhia e/ou da Fiadora, diretos ou indiretos, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, ou variações em posições acionárias da Companhia e/ou da Fiadora iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) de uma mesma espécie ou classe de ações, sem o prévio consentimento dos debenturistas reunidos em assembleia específica com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do evento de alteração da posição acionária e/ou troca de controle direto ou indireto da Emissora e/ou da Fiadora, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

35º OFICIAL RCPN SUBST. BARRA FUNDA
Rua Barra Funda 482 - São Paulo
Válida somente com visto de autenticação

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé.
São Paulo

05 AGO 2010

Marco Antonio Berselli - Oficial Designado
Mônica Inês da Silva - Substituta
Cecília Maria de Jesus Santos - Substituta
do Brasil - Escritor

Autenticação

1062AC230316

00000000

00000000

- (viii) operações de cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Fiadora, sem o prévio consentimento dos debenturistas reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da aprovação de qualquer das formas de reorganização societária ora mencionadas, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (ix) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza de origem não-tributária contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, ainda que na condição de garantidoras, com valor unitário ou agregado superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se tal protesto for cancelado, sustado ou suspenso no prazo de 10 (dez) dias contados da data do protesto;
- (x) protesto de título ou de obrigação de origem tributária contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, com valor unitário ou agregado superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) que não seja sanado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se tal protesto for cancelado, sustado ou suspenso no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do protesto;
- (xi) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de uma ou mais sentenças arbitrais, administrativa de entidade regulatória ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, conforme o caso, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença for extinta ou tiver sua eficácia suspensa durante prazo de 10 (dez) dias, enquanto permanecer a suspensão;
- (xii) apresentação ou requerimento, pela a Emissora e/ou pela Fiadora, de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de autofalência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- (xiii) apresentação ou requerimento, por terceiros contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de falência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, que não seja elidida no prazo de 15 (quinze) dias corridos;
- (xiv) transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora e/ou da Fiadora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;

21 JUL 2010



100230

05/08/2010

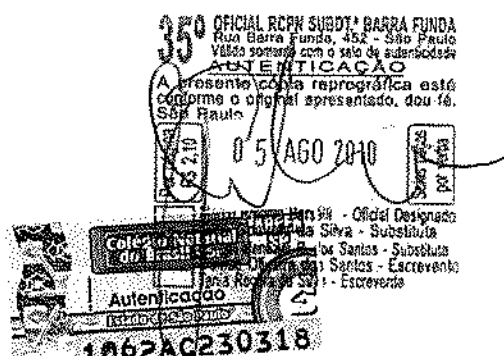
- (xvi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou da Fiadora das obrigações a serem assumidas na Escritura, exceto se (a) tal operação de transferência ou cessão tiver sido aprovada por titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação ou (b) decorrer de operação de fusão, incorporação de sociedades ou cisão previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xvii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora;
- (xviii) constituição, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de quaisquer ônus ou gravames (a) sobre seus bens móveis ou imóveis, cujo valor individual ou agregado dos ônus ou gravames, conforme o caso, supere 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido consolidado da Fiadora apurado nas últimas demonstrações financeiras divulgadas; ou (b) sobre as ações de emissão da Emissora e/ou da Fiadora (excluídas as ações preferenciais de emissão da Emissora e/ou da Fiadora detidas por seus respectivos empregados), em qualquer dos casos (a) ou (b) sem aprovação prévia de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia específica;
- (xix) (a) alienação de ativos pela Emissora e/ou pela Fiadora ou (b) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora e/ou da Fiadora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer dos casos (a) e/ou (b), representem 40% (quarenta por cento) do ativo consolidado da Fiadora apurado nas últimas demonstrações financeiras disponíveis auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (xx) as obrigações de pagar da Emissora e/ou da Fiadora, se o caso, previstas nesta Escritura deixarem de concorrer *pari passu* com as demais dívidas quirográficas da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por disposição legal; e
- (xxi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e licenças da Emissora e/ou da Fiadora, inclusive ambientais, necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação aplicável.

5.3.1.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (ii), (vii) e (xii) acima, os quais deverão ser imediatamente informados ao Agente Fiduciário pela Emissora e/ou pela Fiadora, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.3. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento da Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso decidam contra o vencimento

h.

20/08/2010



04

antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário informando tal evento.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados na Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;
- (b) dentro de 05 (cinco) dias úteis após sua realização, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas; e
- (c) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência.

(ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos

350 OFICIAL RCPN SUBST. MARIA FUNDA
Rua Barra Funda, 484 - São Paulo
Visto somente com o selo de autenticação
AUTENTICAÇÃO
presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé.
São Paulo

05 AGO 2010

1062AC230319

exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;

27

350 OFICIAL WCPN SUBDT: BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 462 - São Paulo
Válido somente com o selo de autenticidade
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé,
São Paulo
05 AGO 2010
Oficial Designado
Substituto
nos - Substituto
ou - Escrevente
revendo
Autenticação
1062AC230320

00000000

04 08 10

- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (xi) manter seus ativos segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Instituição Depositária e assessores legais;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xvi) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as licenças, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis;
- (xvii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante qualquer autoridade governamental ou fiscal, bem como efetuar o pontual pagamento de qualquer tributo que seja devido ou que deva recolher, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável; e

Handwritten signature or mark.



00000000

04 08 10

- (xviii) não celebrar contratos de mútuo, na qualidade de mutuante ou mutuaria, com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora e/ou a Fiadora cujo valor, individual ou agregado, supere R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e em qualquer caso desde que nos respectivos contratos seja expressamente indicado que os respectivos créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora e/ou da Fiadora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de partes relacionadas decorrentes de tais mútuos.

6.2. A Fiadora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer de auditores independentes registrados na CVM;
 - (b) dentro de 05 (cinco) dias úteis após sua realização, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas; e
 - (c) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência, inclusive os da Emissora de que tiver conhecimento como acionista controladora.
- (ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (iv) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Fiadora;
- (v) manter seus ativos segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos;
- (vi) caso a Emissora não o faça pontualmente, responsabilizar-se pelo imediato pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

2 1/1 2010



100000

04 00 10

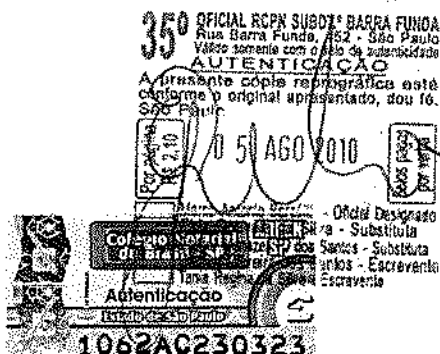
- (vii) caso a Emissora não o faça pontualmente, arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Instituição Depositária e assessores legais;
- (viii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as licenças, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis;
- (ix) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante qualquer autoridade governamental ou fiscal, bem como efetuar o pontual pagamento de qualquer tributo que seja devido ou que deva recolher, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável; e
- (x) não celebrar contratos de mútuo, na qualidade de mutuante ou mutuatária, com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora e/ou a Fiadora cujo valor, individual ou agregado, supere R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e em qualquer caso desde que nos respectivos contratos seja expressamente indicado que os respectivos créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora e/ou da Fiadora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de partes relacionadas decorrentes de tais mútuos.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;



100539

00 00 00

- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (x) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

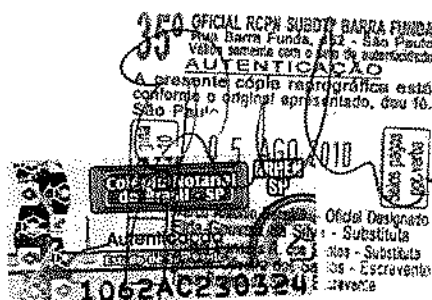
7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

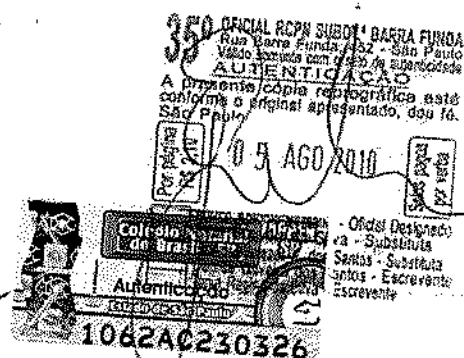
28



000000

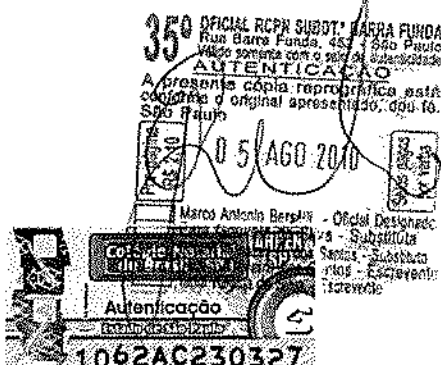
04 05 10

- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória da Fiadora, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM; e
- (d) na sede da Instituição Intermediária, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xv) enviar comunicado aos debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xviii) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:



JUL 23 2010

09:00:10

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$12.000,00 (doze mil reais), devida pela Emissora.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado por meio de oferta nos termos da Cláusula 5.2 acima da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela anual de que trata a Cláusula 7.7 acima.

7.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a

35º OFICIAL RCPN SUBDT. BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 462 - São Paulo
Válido somente como selo de autenticidade
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé.
São Paulo,

05 AGO 2010

Mário Antonio Beraldi - Oficial Designado
Cândido Antônio de Souza - Substituto
do arquivista - SP
Barra Funda - Escritório



valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.7. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. Caso estas despesas somem mais de R\$1.000,00 (um mil reais), o Agente Fiduciário deve avisar a Emissora e enviar todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.



8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, e de não declaração de vencimento antecipado em determinadas hipóteses consoante a Cláusula 5.3.1.3 acima, que dependerá da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

9.1. A Emissora e a Fiadora declaram e garantem, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) são sociedades por ações devidamente constituídas, com existências válidas e em situações regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seus objetos sociais;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- (iv) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora e/ou a Fiadora sejam partes, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é



JUCESP

01.05.2010

exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;

- (vii) as suas situações econômicas, financeiras e patrimoniais, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência em relação às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e de 31 de março de 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (ix) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (xi) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155

Campinas, SP

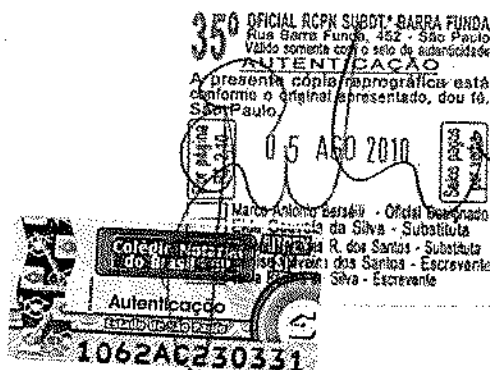
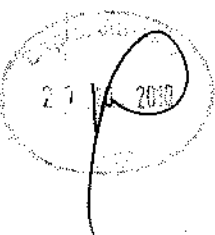
CEP 13051-900

At.: Srs. Artur Menegon da Cruz / Osmael Parrilha Quintana Breda

Telefone: (19) 3728-8268 / 3728-8229

Fax: (19) 3728-8250

e-mail: artur.cruz@dpaschoal.com.br / osmael@dpaschoal.com.br



JUL 29
04 08 10

(ii) Para a Fiadora:

COMPANHIA DPASCHOAL DE PARTICIPAÇÕES
Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155, sala 30
Campinas, SP
CEP 13051-900
At.: Sr. José Luzia Molina
Telefone: (19) 3728-8211
Fax: (19) 3728-8250
e-mail: jlm@dpaschoal.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário:

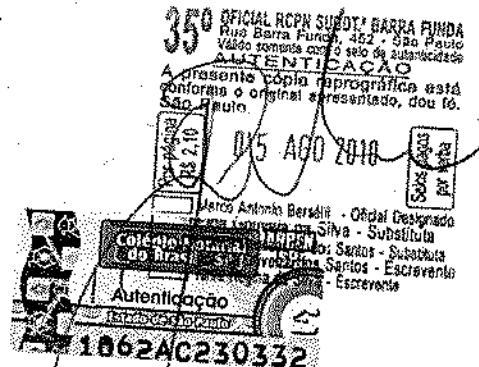
SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6 e 10º andares
São Paulo, SP
CEP: 04530-001
At.: Gregoli Pedroso Tasso
Telefone: (11) 3048-9763 / 3048-9915
Fax: (11) 3048-9910
e-mail: gregoli@slw.com.br

(iv) Para o Banco Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.
Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
Osasco, SP
CEP: 06029-900
At.: Sr. Marcelo Poli
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-5645
e-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

(v) Para a Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.
Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
Osasco, SP
CEP: 06029-900
At.: Sr. Marcelo Poli
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-5645
e-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br



10039
04 03 10

(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brig. Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e à Instituição Depositária pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

35º OFICIAL RCPH SUBST. BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 482 - São Paulo
Válido somente com o selo de autenticidade
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia/reprográfia está
conforme o original apresentado, deu fé,
São Paulo.

05 AGO 2010

Colégio Notarial do Brasil
Autenticação
1062AC230333

37

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

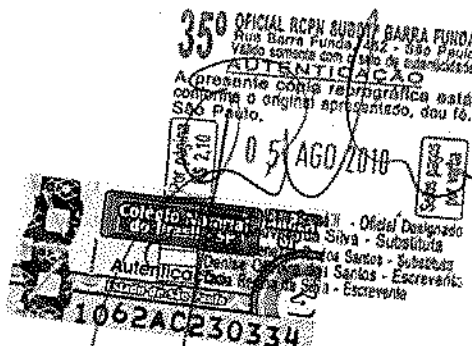
10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Primeiro Aditamento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 21 de julho de 2010.

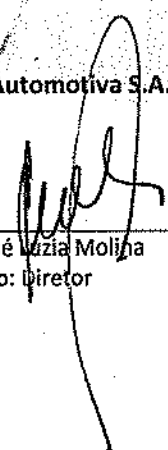


JUL 29

09:10:10

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Automotiva S.A celebrado em 21 de julho de 2010.]

Comercial Automotiva S.A.



Nome: José Lázio Molina
Cargo: Diretor

350 OFICIAL RCPN SUBDT: BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 452 - São Paulo
Vale somente com o selo de autenticidade
AUTENTICACAO
A presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé.
São Paulo.

05 AGO 2010

Marcos Antonio Barakell - Oficial Designado
Elisa Gouveia da Silva - Substituta
Mônica dos Santos - Substituta
Cristina dos Santos - Escrevente
Mônica dos Santos - Escrevente

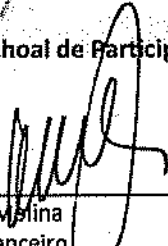


JUL 20

09:18:18

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Automotiva S.A celebrado em 21 de julho de 2010.]

Companhia DPaschoal de Participações



Nome: José Luzia Molina
Cargo: Diretor Financeiro

359 OFICIAL RCPN SUSBT: BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 452 - São Paulo
Vale como cópia de autenticidade
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia reprográfica está
conforme o original apresentado, dou fé.
São Paulo

05 AGO 2010

Colégio Notarial do Brasil - SP
Autenticado
1062AC230336
Notário Público - Oficial Designado
da Silva - Substituto
da Silva - Substituto
da Silva - Substituto
da Silva - Escrevente

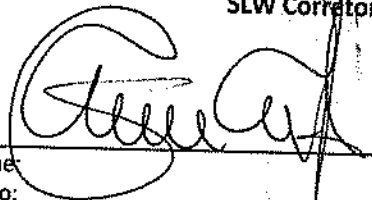
9 J

100539

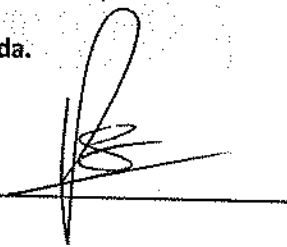
000000

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Automotiva S.A. celebrado em 21 de julho de 2010.]

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Nome: 
Cargo:

Felipe Coimbra Alois André
Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.

Nome: 
Cargo:

Pedro Sylvio Weil
Sócio - SLWCVC LTDA.

350 OFICIAL RCPN SUBDT. BARRA FUNDA
Rua Barra Funda, 452 - São Paulo
Visto e assinado em 5 de agosto de 2010
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia reprográfica está
conferida com o original apresentado, dou fé.
São Paulo

05 AGO 2010



JUCESP

04.08.10

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Automotiva S.A. celebrado em 21 de julho de 2010.]

Testemunhas:

1. *Débora Alice de Souza Oliveira*
Nome: Débora Alice de Souza Oliveira
RG: 21.493.359-3

2. *Osmael Parrilha Quintana Breda*
Nome: Osmael Parrilha Quintana Breda
RG: 20.776.503-0

